

# Terminal Graneleiro da Babitonga S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente nº 24315-019-PB

Em 31 de dezembro de 2023



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023	12

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -  
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)  
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da  
**Terminal Graneleiro da Babitonga S.A.**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Terminal Graneleiro da Babitonga S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terminal Graneleiro da Babitonga S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis quanto a informação de que a Companhia se encontra em fase pré-operacional e que a realização de seu ativo imobilizado e de seu intangível está vinculada ao cumprimento dos planos de investimento e consequente início das operações de acordo com as projeções efetuadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Ênfase

### Transações com parte relacionada

Conforme Nota Explicativa nº 11, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo. Essas transações foram contratadas em condições definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Outros assuntos

### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório, datado de 11 de maio de 2023, parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e de ênfase em partes relacionadas.

## Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia; se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de março de 2024

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.  
CRC 2SP-034.766/O-0



Rafael Castro Hansted  
Contador CRC 1SP-337.546/O-1

# TGB - Terminal Graneleiro da Babitonga S.A.

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

### ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	105	355
Impostos a recuperar	5	10	5
Outros créditos	6	1	2
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>116</u>	<u>362</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Imobilizado	7	<u>95.265</u>	<u>95.309</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>95.265</u>	<u>95.309</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>95.381</u></u>	<u><u>95.671</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# TGB - Terminal Graneleiro da Babitonga S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	8	34	479
Partes relacionadas	11.2	2.546	6.118
Obrigações sociais e trabalhistas	9	16	13
Obrigações tributárias	10	86	109
		<u>2.682</u>	<u>6.719</u>
<b>Passivo não circulante</b>			
Partes relacionadas	11.2	-	5.466
Obrigações tributárias	10	78	161
		<u>78</u>	<u>5.627</u>
<b>Patrimônio líquido</b>	13		
Capital social		163.795	155.378
Reserva de capital		3.192	691
Prejuízos acumulados		(74.366)	(72.744)
		<u>92.621</u>	<u>83.325</u>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u>95.381</u>	<u>95.671</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# TGB - Terminal Graneleiro da Babitonga S.A.

## Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>(+/-) Despesas/receitas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	14	(1.397)	(1.266)
Despesas com pessoal - Operacionais	14	(133)	(121)
Outros	14	(51)	(20)
<b>(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<u>(1.581)</u>	<u>(1.407)</u>
Receitas financeiras	15	14	19
Despesas financeiras	15	(55)	(59)
<b>(=) Resultado financeiro líquido</b>		<u>(41)</u>	<u>(40)</u>
<b>(=) Prejuízo antes das provisões tributárias</b>		<u>(1.622)</u>	<u>(1.447)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-
<b>(=) Prejuízo líquido do exercício</b>		<u>(1.622)</u>	<u>(1.447)</u>
<b>Prejuízo por ação</b>		<u>(0,01)</u>	<u>(0,00)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# TGB - Terminal Graneleiro da Babitonga S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>	(1.622)	(1.447)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	----- (1.622)	----- (1.447)
<b>Total do resultado abrangente atribuível a</b>		
Acionistas da Companhia	(1.622)	(1.447)
	----- <u>(1.622)</u>	----- <u>(1.447)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# TGB - Terminal Graneleiro da Babitonga S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
	Capital integralizado	Capital a integralizar			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	298.977	(143.599)	691	(71.344)	84.725
Capital subscrito	-	-	-	-	-
Capital à Integralizar	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.447)	(1.447)
Ajuste de Exercícios anteriores	-	-	-	47	47
Aumento das reservas de Capital	-	-	-	-	-
Reservas de Capital à Integralizar	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	298.977	(143.599)	691	(72.744)	83.325
Capital à Integralizar	-	8.417	2.501	-	10.918
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.622)	(1.622)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	298.977	(135.182)	3.192	(74.366)	92.621

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# TGB - Terminal Graneleiro da Babitonga S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>	(1.622)	(1.447)
<b>Itens que não afetam o caixa operacional</b>		
Depreciação e amortização	44	44
	(1.578)	(1.403)
<b>Aumento líquido/(diminuição) das contas de ativo e passivo</b>		
Outros créditos	(1)	(2)
Duplicatas a receber	-	1
Impostos a recuperar	(5)	(2)
Fornecedores	(443)	(363)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(103)	(106)
Ajustes de exercícios anteriores		47
Outras contas a pagar	-	-
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	(2.130)	(1.828)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado	-	3
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	-	3
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação/Pagamento de empréstimos e financiamentos	(9.038)	1.357
Integralização de capital social	10.918	-
<b>Caixa líquido das atividades de financiamentos</b>	1.880	1.357
<b>Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	(250)	(468)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	355	823
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	105	355
<b>Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	(250)	(468)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

## 1. Informações gerais

A TGB – Terminal Graneleiro da Babitonga S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 31 de agosto de 2012, tendo sede no município de São Francisco do Sul/SC, na Rua Walter Rhinow, 2886, poste 43, bairro Laranjeiras, tendo o propósito de estudo, desenvolvimento e implantação de um terminal portuário privativo, a fim de prestar serviços portuários, notadamente para o setor do agronegócio brasileiro.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, trabalhando na estruturação financeira para fins de implementação das obras portuárias através de financiamentos estruturados de projeto.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

### 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

#### a) Declaração de Conformidade e base de mensuração

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 05 de março de 2024.

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.1.c.

#### **b) Moeda e funcional e moeda de apresentação**

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de Reais, que representa a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

#### **c) Uso de estimativas e julgamentos**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que representa a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

### **3. Práticas contábeis materiais**

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

#### **3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

#### **3.2. Instrumentos financeiros**

##### **a) Ativos financeiros não derivativos**

##### **i) Reconhecimento e mensuração**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao seu valor justo e posteriormente classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Vjora); ou ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. No exercício de 2023, a Companhia possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

## ii) **Impairment de ativos financeiros**

Ativos financeiros são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro.

## b) **Passivos financeiros não derivativos**

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. No exercício de 2023, a Companhia não possui passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

## c) **Instrumentos financeiros derivativos**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações contábeis classificados nessa categoria.

## 3.3. Imobilizado

Demonstrado ao custo, deduzido das depreciações de bens do imobilizado, calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 7.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídas no resultado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido, quando aplicável.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

### **Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

### 3.4. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

### 3.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **Outras provisões**

No decorrer do presente exercício foram constituídas tão somente provisões para o pagamento do Imposto Sobre Operações Financeiras, para pagamento de férias, 13<sup>º</sup> salário e encargos sociais, estes que, são provisionados de acordo com os direitos adquiridos pelos colaboradores durante o exercício.

### 3.6. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na Rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

### 3.7. Imposto de renda e contribuição social

#### **Impostos correntes**

A Companhia é tributada pelo lucro real. A alíquota do IR é de 15% sobre a base de lucro tributável, acrescida do adicional de 10% conforme determina a legislação vigente. A alíquota da contribuição social sobre o lucro tributável é de 9%.

#### **Impostos diferidos**

Impostos diferidos são gerados na data do balanço por diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível no futuro para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e perdas e créditos tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### 3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

### 3.9. Pronunciamentos novos ou revisados

Listamos a seguir as normas contábeis que foram publicadas a partir de 1º de janeiro de 2023:

- Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, destacamos as alterações a seguir:

CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021).

Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações contábeis e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade.

Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro – Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.

Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro – Reforma Tributária Internacional – Regra do Modelo do Pilar Dois (\*).

Alterações à IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros – Definição de Estimativas Contábeis.

(\*) Na data de divulgação do modelo de demonstração financeira, a regra do modelo do Pilar Dois estava sob avaliação dos reguladores brasileiros, dessa forma, as alterações não foram refletidas no CPC correspondente.

- Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, novas e revisadas emitidas e ainda não vigentes:

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto.

Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante;

Alterações à IAS 1 Passivo Não Circulante com *Covenants*;

Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 Acordos de Financiamento de Fornecedores; e Alterações à IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”. A Companhia deve avaliar e verificar a aplicabilidade dessa revisão para períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2023.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	105	2
Aplicações financeiras (i)	-	353
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>355</b>

- (i) Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário remuneradas a 100% da variação do CDIs são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

#### 5. Impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
IRRF a recuperar	1	1
IRRF sobre aplicações financeiras. a recuperar	9	4
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>5</b>

#### 6. Outros créditos

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a funcionários	1	2
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

#### 7. Imobilizado

	Taxas (%)	Custo	31/12/2023		31/12/2022	
			Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Terrenos	-	143.533	-	143.533	143.533	
Edificações	4	1.003	(443)	560	600	
(-) Redução por <i>Impairment</i> Imóveis	-	(48.840)	-	(48.840)	(48.840)	
Equipamento p/ proc. de dados	20	21	(21)	-	-	
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	23	(13)	10	12	
Móveis e utensílios	10	15	(13)	2	4	
<b>Total do imobilizado líquido</b>		<b>95.755</b>	<b>(490)</b>	<b>95.265</b>	<b>95.309</b>	

Demonstramos a seguir, a movimentação do imobilizado para os exercícios de 2023 e 2022:

<b>Movimentação do ativo imobilizado, líquido</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>Depreciação</b>	<b>31/12/2023</b>
Terreno	94.693	-	94.693
Edificações	600	(40)	560
Máquinas, aparelhos e equipamentos	12	(2)	10
Móveis e utensílios	4	(2)	2
<b>Total</b>	<b>95.309</b>	<b>(44)</b>	<b>95.265</b>

Em 03 de julho de 2015 foi efetivado um aumento de capital no montante de R\$ 72.059.824 mediante cessão para a Companhia de terreno aprovado em Assembleia Geral dos Acionistas. Por ocasião do encerramento das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia contratou a empresa Cushman & Wakefield como avaliadores independentes para a preparação de laudo objetivando testar o valor recuperável do terreno e das suas edificações, componentes principais do ativo imobilizado.

Em 15 de agosto de 2019 os avaliadores emitiram seu laudo o qual demonstrou um valor de *impairment* de R\$ 48.839.648 o qual foi registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Como o laudo foi preparado em agosto de 2019 e os imóveis não sofreram modificações estruturais, a administração da Companhia utilizou o mesmo laudo para fins de encerramento das suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, não tendo apresentado indícios de variações em relação às premissas de *impairment* aplicadas naquela data.

## 8. Fornecedores

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Fornecedores de mercadorias - nacionais	1	-
Fornecedores de serviços - nacionais	33	479
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>479</b>
Circulante	34	479

## 9. Obrigações sociais e trabalhistas

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Salários e ordenados a pagar	3	2
Pró-labore a pagar	2	2
FGTS a recolher	1	1
INSS a recolher	3	3
Provisões de férias e encargos	7	5
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>13</b>

## 10. Obrigações tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
Pis e Cofins a recolher	-	2
IRRF retido a recolher	-	2
Pis/Cofins/ISS retido a recolher	4	6
Parcelamento IRRF	100	157
Parcelamento Simplificado	10	15
Parcelamento INSS	50	88
<b>Total</b>	<b>164</b>	<b>270</b>
Circulante	86	109
<b>Não circulante</b>	<b>78</b>	<b>161</b>

## 11. Partes relacionadas

### 11.1. Administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de administração, composto por 04 (quatro) membros, e por uma Diretoria Executiva composta por 03 (três) membros, dos quais apenas 02 foram nomeados.

A remuneração de pessoal chave da administração, referente a benefícios de curto prazo de R\$ 38, incluindo neste montante pró-labore e contribuições a seguridade social, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

Adicionalmente, não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

### 11.2. Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos das transações com partes relacionadas podem ser demonstrados conforme a seguir:

Passivo	Operação	Encargos	31/12/2023	31/12/2022
Cain Capital Infrastructure - Notas promissórias	Empréstimos e financiamentos	-	-	6.118
Alexandre Fernandes	Mútuo	-	1.962	4.878
Antônio Carlos Fernandes	Mútuo	-	425	429
André Fernandes	Mútuo	-	106	106
Lucimara Andreia Faustino	Mútuo	-	53	53
<b>Total</b>			<b>2.546</b>	<b>11.584</b>
Circulante			2.546	6.118
<b>Não circulante</b>			<b>-</b>	<b>5.466</b>

Os recursos obtidos através dos contratos de mútuo firmados pela Companhia foram cedidos sem encargos ou qualquer outro tipo de atualização.

Cronograma de vencimento dos empréstimos com partes relacionadas.

Os vencimentos dos empréstimos com partes relacionadas no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

<b>Vencimento</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
2023	-	6.118
2024	2.546	5.466
2025	-	-
<b>Total</b>	<b>2.546</b>	<b>11.584</b>

## 12. Provisões para contingências

Como parte do curso normal de seus negócios, a Companhia pode vir a se tornar parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e outros assuntos. Conforme indicado pelos assessores jurídicos da Companhia, não existem contingências classificadas como perda "provável" ou "possível".

## 13. Patrimônio líquido

### 13.1. Capital social

O capital autorizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 298.976.453,19 (duzentos e noventa e oito milhões, novecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e dezenove centavos) e o capital a integralizar remanescente no montante de R\$ 135.181.949,31 (cento e trinta e cinco milhões, cento e oitenta e um mil e novecentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos).

O capital autorizado da Companhia é dividido em 310.812.051 ações nominativas ordinárias, sem valor nominal. A composição societária em 31 de dezembro de 2023 e 2022, segue conforme quadro a seguir:

<b>Acionista</b>	<b>Participação (%)</b>
FIP-Anessa - Fundo de Invest. e Participações em Infraestrutura Anessa	65,2%
Cofco International do Brasil	9,8%
Jamal Majid Ahmad Al Guhrair	25%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

### 13.2. Reserva legal

A reserva legal será constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal terá por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

### 13.3. Reserva de capital

A Lei nº 6.404/1976, em seu artigo 182, destaca que serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias.

Desta forma, quando das integralizações de capital na Companhia, os valores de ação utilizados foram baseados no Patrimônio Líquido, sendo que o Patrimônio Líquido é menor que o Capital Social. Quando os acionistas integralizaram recursos à Companhia, parte desse montante vai quitar o preço da ação e compor o Capital Social e parte foi destinado para a reserva de capital.

## 14. Despesas por natureza

As despesas gerais e administrativas, outras despesas operacionais, por natureza, estão demonstradas da seguinte maneira:

<b>Despesas por natureza</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Despesa com pessoal	(132)	(121)
Viagens e representações	(130)	(16)
Aluguel	(21)	(2)
Serviços de terceiros (a)	(1.158)	(1.168)
Depreciação	(44)	(44)
Utilidades e serviços	(6)	(8)
Despesas com veículos	(12)	(10)
Propaganda e publicidade	-	(1)
Despesas não dedutíveis	-	(3)
Impostos e contribuições	(27)	(14)
Manutenção e Reparos	-	-
Outros	(51)	(20)
<b>Total</b>	<b>(1.581)</b>	<b>(1.407)</b>

## 15. Receitas e despesas financeiras

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Rendimento de aplicações financeiras	14	19
Indenizações recebidas	-	-
Outras receitas	-	-
Descontos obtidos	-	-
<b>Receitas financeiras</b>	<b>14</b>	<b>19</b>
Juros passivos	(1)	(17)
Despesas bancárias	(2)	(2)
Multas dedutíveis	(1)	(1)
Perdas em investimentos	-	(2)
Encargos sobre parcelamentos tributários	(51)	(37)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	-	-
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(55)</b>	<b>(59)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(41)</b>	<b>(40)</b>

## 16. Cobertura de seguros

Em função de estar em fase pré-operacional, a Companhia não possui seguros contratados para o terminal portuário.

## 17. Instrumentos financeiros

### 17.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A administração opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

## 17.2. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

## 17.3. Política de gestão de riscos financeiros

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela diretoria financeira. Também são revistos periodicamente os limites de crédito e a qualidade do “hedge” das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Diretoria financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

## 17.4. Risco de crédito

A política da administração considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento da carteira e limites individuais de posição são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber.

## 17.5. Risco de liquidez

É o risco de a administração não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

\* \* \*